

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.749 - PB (2019/0177344-4)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : ÉDERSON LEITE BRAGA E OUTRO(S) - PI007862
DANIELA LEMOS NEUESCHWANDER E OUTRO(S) -
PE019387
RECORRIDO : JOSE SEVERINO CARNEIRO
ADVOGADOS : RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA E OUTRO(S) -
PB011589
DANIEL SAMPAIO DE AZEVEDO - PB013500
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado (fls. 295-299, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. DEVOLUÇÃO DE VALORES AOS COFRES PÚBLICOS. DETERMINAÇÃO DE REPOSIÇÃO IMPOSTA À CAIXA. INCONFORMISMO ATRAVÉS DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO CONTRA INDEFERIMENTO. INTEMPESTIVIDADE. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

1. Agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF contra decisão do Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba, que indeferiu o pedido de reconsideração, mantendo decisão anterior que determinara que a mesma recompusesse os valores relativos a precatório devolvidos indevidamente aos cofres públicos, com fundamento na Lei nº 13.463/2017.

2. A CAIXA recorreu da resposta de indeferimento do pedido de reconsideração de decisões anteriores de mesmo sentido, quando, pelo decurso do tempo, elas já estariam preclusas, o que é vedado pela legislação (CPC, art. 507 - "É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão").

3. "O pedido de reconsideração não tem o condão de suspender ou interromper qualquer prazo recursal." (PROCESSO: 08087891720164050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO, 4ª Turma, JULGAMENTO: 10/05/2017). No mesmo sentido: PROCESSO: 00015846720164050000, AG144850/PB, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI, Terceira Turma, JULGAMENTO: 15/12/2016, PUBLICAÇÃO: DJE 23/01/2017 - Página 130.

4. O presente agravo de instrumento não merece ser conhecido exatamente porque não foi manejado tempestivamente, considerando-se que a decisão

inicial de determinar a restituição dos valores relativos ao precatório não foi atacada na forma e no tempo previstos na legislação processual. Este agravo de instrumento foi protocolado em 23/8/2018, quando há muito já decorrido o prazo recursal.

5. Agravo de instrumento não conhecido.

Os Aclaratórios foram rejeitados (fls. 327-330, e-STJ).

A recorrente alega, em preliminar, ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, por omissão no acórdão, e, no mérito, aos arts. 2º e 3º, ambos da Lei 13.463/17, defendendo, em suma, a legalidade do repasse dos valores de precatório depositados para conta do Tesouro Nacional (fls. 338-345, e-STJ).

Decisão de admissibilidade à fl. 362, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 1º.7.2019.

Preliminarmente, constato que não houve ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, pois a suposta omissão alegada trata, na verdade, do mérito decisório, em especial, sobre a determinação de sequestro dos valores litigiosos na conta bancária da recorrente.

Percebe-se, por conseguinte, que a interposição dos Embargos de Declaração afigurou-se como tentativa de reformar os fundamentos fático-jurídicos utilizados pelo colegiado de origem.

No mais, a irresignação não prospera.

O acórdão vergastado negou conhecimento ao Agravo de instrumento na origem em razão de sua intempestividade.

Não há nas razões recursais presentes nenhuma palavra acerca disso, mas apenas a suposta violação de norma federal. A argumentação, portanto, não questiona o cerne decisório, configurando debilidade recursal a atrair, analogicamente, o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. IRPF. OMISSÃO DE RENDIMENTOS. ALUGUÉIS. OPÇÃO DE PARCELAMENTO. CONFISSÃO. INEXISTÊNCIA. DÉBITOS NÃO INDICADOS. RECURSO ESPECIAL INCAPAZ DE INFIRMAR AS RAZÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF.

(...) 5. **Verifica-se que a argumentação exposta no Apelo Nobre não**

possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no acórdão recorrido, pois em nenhum momento a recorrente buscou impugnar especificamente os fundamentos utilizados pela instância *a quo* para negar seu pleito. Aplica-se o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

6. Recurso Especial do qual não se conhece. (REsp 1.686.850/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11.10.2017, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA DE PERÍCIA EM AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DO ANTERIOR RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

(...) 2. Para reverter a conclusão consignada no Tribunal de origem quanto à matéria discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela preclusão seria necessário o revolvimento das provas constantes dos autos, providência esta inviável na via do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ. O fato de se tratar de matéria de ordem pública não tem o condão de afastar a preclusão, por se tratar de questão já decidida. Precedentes.

3. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (Súmula 283 do STF).

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1.390.295/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 23.5.2017, grifou-se)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL, QUANTO À ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA AOS ARTS. 489, 1.022 E 1.025 DO CPC/2015. SÚMULA 284/STF. (...) ILEGALIDADE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. A deficiência na fundamentação do Recurso Especial, precisamente quanto à alegação genérica de ofensa aos arts. 489, 1.022 e 1.025 do CPC/2015 - como no presente caso -, atrai a incidência analógica da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). (...) VI. Recurso Especial parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido. (REsp 1.626.971/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 4.5.2018, grifou-se)

Além disso, ressaltou a Corte regional que "a CAIXA somente recorreu da determinação de recompor a conta muito depois de expirado o prazo recursal de que dispunha para impugnar a decisão primeira que a impôs. As

inovações contidas na última decisão, como a determinação de expedição de precatório em favor do banco público, não alteraram a ordem de devolver os valores ao exequente, ora agravado" (fl. 297, e-STJ).

Assim sendo, é indubitável que avaliar a tese da recorrente implica reexaminar a marcha processual dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do Recurso Especial, apenas quanto à tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nesse ponto, nego-lhe provimento.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator